

Segunda-Feira, 26 de Outubro de 2026

Hugo Motta e Davi Alcolumbre fortalecem campanhas de reeleição com vitória de Lula no segundo turno

Líderes do Congresso ampliam apoios após derrota de Flávio Bolsonaro e com respaldo da esquerda

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil), conquistaram posições mais vantajosas para manter suas lideranças nas duas casas legislativas diante do resultado eleitoral que consagrou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um novo mandato presidencial, conforme análise de seus principais aliados.

Anteriormente, o Partido Liberal contava com recursos significativos para pleitear o comando do Congresso Nacional. Com 121 deputados federais eleitos e uma projeção de chegada a 30 senadores, a sigla bolsonarista acalentava esperanças de assumir uma das principais casas legislativas, especialmente o Senado, caso conseguisse viabilizar a eleição de Flávio Bolsonaro para uma dessas posições.

O cenário estratégico previamente desenhado pela legenda buscava articular um acordo no qual o PL obteria uma das presidências, enquanto as demais negociações com partidos do chamado Centrão determinariam o controle da Câmara.



Análise: Falta de respostas de Flávio ajudou a dar vitória a Lula



Lula 4 terá Congresso mais à direita e desafio na articulação política



Lula deve melhorar interlocução política para governar, diz especialista

Entre a primeira e a segunda volta das eleições presidenciais, agremiações políticas importantes como a federação União Brasil-Progressistas e o Republicanos abandonaram a postura de neutralidade, reforçando o apoio ao candidato Flávio Bolsonaro. Da mesma forma, o PSD, que havia lançado Ronaldo Caiado como seu postulante à Presidência da República, realinhava suas forças em favor do candidato apoiado pela direita.

A derrota de Flávio Bolsonaro consolidou a posição de Davi Alcolumbre e Hugo Motta diante das agremiações parlamentares, potencializada ainda pela atuação ativa de ambos em apoio a Lula durante o processo eleitoral, incluindo a votação de pautas prioritárias para o petista nas fases finais da campanha, a exemplo da reforma da jornada de trabalho 6x1 e do pacote de benefícios aos Microempreendedores Individuais.

Hugo Motta já reúne compromentimentos formais de 12 legendas que, em conjunto, disporão de 273 assentos na Câmara Federal, volume que representa maioria suficiente para garantir sua reeleição à presidência da casa.

Integrantes do círculo próximo do deputado paraibano o caracterizam como uma figura estratégica para a continuidade administrativa do governo Lula, ressaltando seu posicionamento moderado e sua capacidade de dialogar com diversos espectros ideológicos, qualidades essenciais para viabilizar a aprovação de matérias de interesse do Executivo federal no plenário.

No Senado Federal, a trajetória de Alcolumbre rumo à reeleição apresenta desafios maiores, porém seus apoiadores sustentam que o resultado das urnas presidenciais transformou significativamente suas probabilidades de sucesso eleitoral naquela casa.

Para conquistar novo mandato como presidente da casa revisora, Davi Alcolumbre necessitará reafirmar sua liderança junto ao próprio bloco político, formação que mostrava sinais de fragmentação caso Flávio Bolsonaro tivesse obtido vitória presidencial.

Conforme relatos de pessoas no entorno do senador alagoano, a permanência de Alcolumbre na presidência do Senado dependeria integralmente de um resultado positivo para Lula na disputa presidencial.

Com a confirmação da vitória petista, Davi Alcolumbre passa a contar com a aritmética necessária para viabilizar seu projeto de reeleição, precisando reunir 41 votos que lhe permitam fazer frente à potência numérica da bancada do Partido Liberal no Senado, cujo coordenador, Rogério Marinho, emerge como possível concorrente ao comando da casa.

A consolidação das reeleições de Motta e Alcolumbre nas presidências das duas casas do Congresso ofereceria a Lula uma oportunidade significativa de mitigar os efeitos de uma composição legislativa majoritariamente inclinada ao espectro político de direita, que representa obstáculos potenciais à execução de seu programa governamental.